



PAULA **FRASSINETTI**
Escola Superior de Educação

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PAULA FRASSINETTI

ANO LETIVO 2025-2026

Relatório de Sustentabilidade Ambiental, Social e de Governança (ESG), com o contributo da ESEPF para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — estrutura alinhada com a Global Reporting Initiative (GRI).

Porto, setembro de 2026
O Conselho de Direção

Índice

Nota introdutória.....	3
(E) Dimensão Ambiental.....	4
(S) Dimensão Social.....	11
(G) Dimensão de Governança.....	15
(ODS) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	17
Conclusões.....	21
Anexo — Índice de Conteúdo GRI.....	23

Nota introdutória

A Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti (ESEPF) integra, desde 2016, o Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES), rede colaborativa de Instituições de Ensino Superior (IES) criada com o apoio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES). No âmbito desta Rede, em 2018, resultante do trabalho colaborativo com representantes de 30 IES, incluindo a participação ESEPF, foi publicado o *Livro Verde sobre Responsabilidade Social* com o objetivo de construir “uma visão partilhada de responsabilidade social no contexto das instituições de ensino superior com a identificação de recomendações estratégicas para as instituições e a tutela”. Já em 2023, o ORSIES publica 23 *Práticas Inspiradoras de Responsabilidade Social*, consideradas como tais pelo seu carácter de Gestão e Transferência de Conhecimento, de Resultados e Impacto, de Replicabilidade e de Sustentabilidade. A ESEPF é mencionada pelo seu projeto “Percurso formativo para o desenvolvimento integral do estudante da ESEPF”.

Reconhecendo esta sua trajetória de institucionalização da Responsabilidade Social, a ESEPF foi evoluindo de uma organização focada na Responsabilidade Social para uma organização centrada na Sustentabilidade, integrando progressivamente na sua visão estratégica o salto conceptual que incorpora os conceitos ESG e ODS na sua missão. Em conformidade, e com as devidas adaptações, a elaboração do presente Relatório de Sustentabilidade segue de perto as diretrizes que embasam a estrutura da *Global Reporting Initiative* (GRI) [Cf. Anexo — Índice de Conteúdo GRI (mapeamento indicativo)], reconhecida internacionalmente por privilegiar as dimensões ambientais, sociais e de governança (ESG), aliando a ESEPF a estas três dimensões uma quarta: o seu contributo na prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Uma instituição de ensino superior com estes objetivos ambiciona abraçar um modelo avançado de Governança Holística e Sustentabilidade Integrada, frequentemente designado na literatura académica como uma *Universidade Sustentável de Quarta Geração*. Esta evolução permite adotar uma visão quadridimensional da Sustentabilidade (ESG + ODS), superando a visão clássica do triplo pilar (social, ambiental e económico) ao fundir a governança corporativa com a agenda global da ONU.

Nesta visão, a ESEPF assume que a dupla ESG+ODS tem relevância na integração Curricular (estão integradas de forma transversal na oferta formativa) e na Investigação (priorizam-se projetos de base científica orientados para a resolução de problemas climáticos, sociais e de transição digital), sem descurar a responsabilidade social e o Serviço à Comunidade, desejando a Escola atuar pelo exemplo como um laboratório vivo que ensaia formas de vida sustentáveis dentro do seu próprio espaço para depois as partilhar com humildade com a sociedade e as organizações parceiras.

Neste relatório quisemos reunir um conjunto de dados provenientes dos diversos serviços de suporte à missão institucional, privilegiando a participação dos estudantes numa recolha de informação participada que serve, simultaneamente, como sensibilização e estímulo para os objetivos a alcançar nesta matéria. Na elaboração deste relatório foram tidas em conta as *Recomendações sobre as Instituições de Ensino Superior e o Desenvolvimento Sustentável* (18 de março de 2026) do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADES).

(E) DIMENSÃO AMBIENTAL

1. Evolução dos consumos de Energia e Fluidos da ESEPF entre os anos 2022-2025

A estratégia institucional de poupança de recursos constituiu uma fonte de preocupação e de ação desta Escola que deseja apostar na sua sustentabilidade ambiental com reflexos na gestão de espaços, equipamentos, energia, água e resíduos. Nem sempre é possível atingir os resultados pretendidos como o demonstram os resultados da evolução da despesa e de consumo com eletricidade, água e gás, entre os anos 2022-2025:

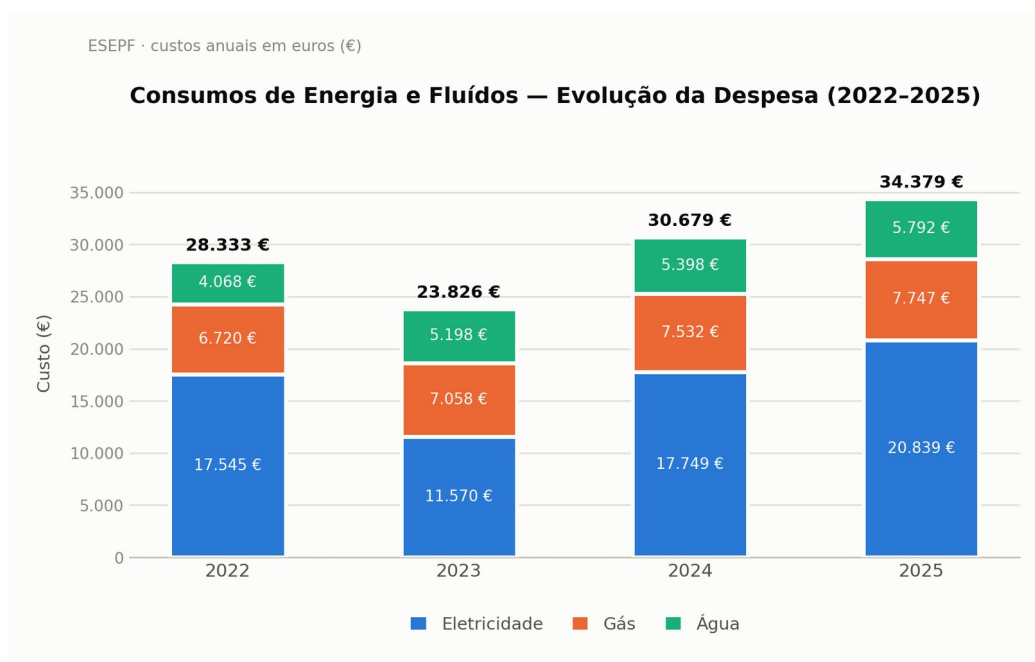


Figura 1. Evolução da despesa com eletricidade, água e gás, 2022-2025 (€).

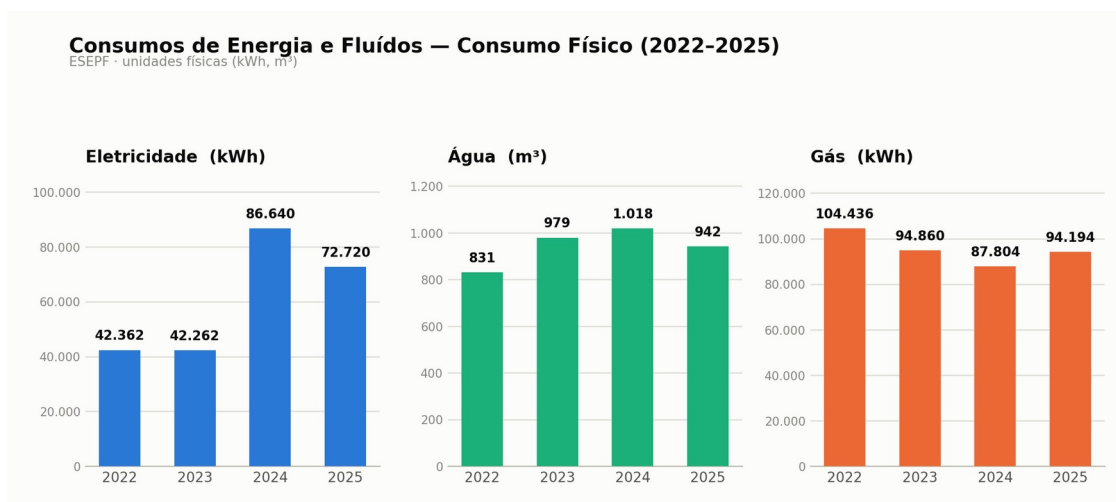


Figura 2. Evolução do consumo físico de eletricidade (kWh), água (m³) e gás (kWh), 2022-2025.

Custo versus consumo: duas leituras distintas

A despesa total com eletricidade, água e gás cresceu 21,3% entre 2022 e 2025 (28.333 € para 34.379 €). Contudo, ao cruzar estes valores com o consumo físico de cada recurso conclui-se que

a evolução da despesa tem origens diferentes consoante o recurso: nuns casos reflete sobretudo maior consumo, noutros sobretudo variação de preço.

Eletricidade: o consumo, não o preço, é o fator determinante

O consumo de eletricidade aumentou 71,7% entre 2022 e 2025 (de 42.362 kWh para 72.720 kWh), com um pico em 2024 de 86.640 kWh — mais do dobro do valor de 2023 (+105,0%). Em simultâneo, o custo médio por kWh desceu de 0,41 €/kWh em 2022 para 0,20 €/kWh em 2024 (refletindo a normalização dos preços de mercado após a crise energética de 2022), subindo depois para 0,29 €/kWh em 2025. Ou seja, a fatura de eletricidade só não é mais elevada em 2024 porque a descida do preço unitário absorveu parte do forte crescimento do consumo. Do ponto de vista da sustentabilidade, este é o sinal mais preocupante do conjunto de dados: o consumo físico de eletricidade está a crescer de forma acentuada, um efeito que a análise de custos, isoladamente, mascarava.

Água: consumo e preço sobem em conjunto

O consumo de água cresceu 22,5% entre 2022 e 2024 (de 831 m³ para 1.018 m³), recuando ligeiramente em 2025 para 942 m³ (ainda +13,4% acima de 2022). O preço médio por m³ subiu de forma sustentada e contínua, de 4,90 €/m³ em 2022 para 6,15 €/m³ em 2025 (+25,6%). O aumento de 42,4% na despesa com água — o maior das três rubricas — resulta, portanto, da conjugação de maior consumo com tarifários mais elevados, e não de um único fator.

Gás: o preço explica a subida de custo, não o consumo

O gás é o único recurso em que o consumo físico diminuiu ao longo do período: -9,8% entre 2022 e 2025 (de 104.436 kWh para 94.194 kWh), uma trajetória globalmente decrescente e consistente com poupança energética. O aumento de 15,3% no custo é assim inteiramente atribuível à subida do preço unitário do gás, de 0,064 €/kWh para 0,082 €/kWh (+27,8%). Este é o único caso dos três em que a leitura exclusivamente financeira (Figura 1) transmitia uma imagem mais negativa do que a realidade do consumo (Figura 2).

Síntese e recomendações

Cruzando custo e consumo físico, o quadro de sustentabilidade energética da Escola é misto: o gás mostra uma tendência de eficiência genuína; a água requer atenção, com consumo e preço a subirem em conjunto; e a eletricidade é a prioridade: o forte crescimento do consumo em 2024, apenas parcialmente visível na fatura devido à descida do preço de mercado, justifica-se pela aquisição de novos equipamentos de climatização, pela acumulação de alguns horários letivos, sobretudo em período noturno, pela maior ocupação de salas fruto do acréscimo de n.º de estudantes, havendo pertinência em definir metas de eficiência energética para este recurso em particular.

2. Perceção Interna da Comunidade Académica sobre a Sustentabilidade Ambiental

A ESEPF é subscritora do “Pacto do Porto para o Clima” da Cidade do Porto que encetou um caminho de antecipação da neutralidade carbónica para 2030. Com a adesão a este Pacto, a Escola pretende despertar a ação da comunidade académica e criar uma grande comunidade de aprendizagem, que partilha e apoio mútuo com outras organizações da cidade para este desígnio. A sensibilização da comunidade académica da ESEPF para a sustentabilidade ambiental passa, pois, pelas iniciativas organizadas neste âmbito, uma das quais já se concretizou com a

remodelação do jardim e outras iniciativas estão em desenvolvimento, no âmbito de atividades pedagógicas específicas.

Para compreender o grau de envolvimento da comunidade académica na construção de espaços e instituições mais eficientes que contribuem para o “Pacto do Porto para o Clima” da Cidade do Porto e estejam alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a ESEPF envolveu uma turma de mestrado de habilitação para a docência no diagnóstico de práticas, perceções e barreiras relacionadas com o comportamento ambiental dos seus estudantes, docentes e colaboradores, tentando simultaneamente identificar padrões de atuação e oportunidades de melhoria.

Por aplicação de inquéritos por questionário concebidas pelas estudantes, a comunidade educativa pronunciou-se sobre diversas dimensões da sustentabilidade, a saber gestão de resíduos, reutilização de materiais e redução do desperdício alimentar, consumo energético e de água e mobilidade: apresenta-se de seguida uma síntese dos resultados obtidos, decorrentes das respostas recolhidas em amostras independentes da comunidade educativa (estudantes e colaboradores docentes e não docentes), que inclui tendências, limitações e propostas para intervenção institucional.

a. Gestão de resíduos, reutilização de materiais e redução de desperdício alimentar

Os resultados fornecidos por 91 respondentes revelam uma consciência ambiental significativa no que diz respeito à separação de resíduos. Em contexto domiciliário, 47,3% dos participantes afirmam separar resíduos sempre e 28,6% às vezes, totalizando 75,9% de práticas consistentes de reciclagem, com hábitos enraizados na esfera familiar e padrões de rotina já estabelecidos. A reutilização de materiais constitui uma área onde os resultados são bastante positivos: 57,1% dos participantes afirmam reutilizar frequentemente garrafas, frascos, folhas ou sacos, enquanto 38,5% o fazem às vezes, e apenas 4,4% raramente ou nunca, revelando um comportamento amplamente responsável em relação ao prolongamento do ciclo de vida dos materiais. Quanto ao uso de produtos descartáveis, como plásticos de utilização única, 65,9% afirmam reduzir sempre que possível e 28,6% às vezes: esta tendência indica um afastamento gradual dos produtos descartáveis, seguindo políticas globais e europeias que restringem o uso de plásticos de uso único. Outro tópico relevante diz respeito à reutilização, troca e doação de roupas: os resultados revelam uma atitude solidária e sustentável, com 83,5% que referem fazê-lo frequentemente e 16,5% às vezes: esta prática contribui não só para a economia circular, mas também para a redução da pegada ecológica da indústria têxtil, uma das mais poluentes a nível global.

Contudo, quando este comportamento é transposto para o contexto académico, verifica-se uma ligeira diminuição, nomeadamente no que se refere à separação de resíduos: 36,3% separam sempre e 38,5% às vezes, correspondendo a 74,8% de práticas positivas.

Tabela 1 – Separação de resíduos (domicílio versus ESEPF)

Contexto	Sempre (%)	Às vezes (%)
Domicílio	47,3	28,6
ESEPF	36,3	38,5

Apesar de semelhante, esta ligeira redução sugere que o ambiente institucional pode ainda não favorecer plenamente a continuidade das práticas sustentáveis adquiridas. Uma explicação para esta discrepância pode residir na perceção das condições oferecidas pela instituição: 42,9%

consideram que os ecopontos, sinalização e iniciativas de sensibilização incentivam à reciclagem, mas 37,4% apenas parcialmente e 19,8% entendem que não incentivam. A falta de ecopontos para todos os fluxos (papel, vidro, plástico/metall), a sua localização pouco visível e a ausência de campanhas regulares constituem, portanto, barreiras estruturais. Ainda assim, o conjunto de resultados demonstra que a comunidade está predisposta a adotar comportamentos sustentáveis, desde que as condições sejam favorecedoras, justificando iniciativas direcionadas à melhoria da gestão de resíduos e ao aumento da literacia ambiental.

A redução do desperdício alimentar representa uma área em que a comunidade demonstra um comportamento fortemente positivo. A grande maioria dos participantes afirma adotar rotinas de prevenção: 75,8% dos respondentes afirma fazerem-no frequentemente e 23,1% às vezes, enquanto nenhum inquirido declarou nunca evitar o desperdício. Este indicador revela um elevado grau de consciência na gestão dos recursos alimentares, provavelmente associado a preocupações económicas e ambientais. Porém, quando se analisa o recurso a iniciativas e possibilidades de redução de desperdício, como *Too Good To Go* ou *ReFood*, observa-se um contraste significativo: 16,5% utilizam regularmente, 67% afirmam conhecer, mas não utilizar, 16,5% respondem não terem conhecimento destas oportunidades. Estes dados indicam uma oportunidade de intervenção, sobretudo através da promoção da literacia digital e do estímulo à utilização de ferramentas inovadoras que permitem reduzir o desperdício na comunidade e nos estabelecimentos da área.

b. Consumo energético

As respostas de trinta e dois estudantes e de vinte e três colaboradores, docentes e não docentes, possibilitou aceder a perceções sobre o impacto do consumo energético: a maioria dos estudantes classifica-o como moderado, revelando menor consciência da relevância ambiental e económica do uso de energia; entre docentes e colaboradores, 60,9% classificam o impacto como elevado e 13% como muito elevado, evidenciando uma consciência mais profunda sobre o tema.

No que toca às medidas individuais para reduzir o consumo, ambos os grupos apresentam comportamentos alinhados – desligar as luzes ao sair e reduzir o recursos a aparelhos de ar condicionado/aquecimento – e práticas amplamente adotadas e que representam um contributo significativo para a redução do consumo energético. Em relação à produção própria de energia (ex.: painéis solares), a adesão é ainda reduzida: 12,5% dos estudantes e 13% dos docentes/colaboradores afirmam possuir sistemas deste tipo, sugerindo barreiras económicas ou desconhecimento sobre incentivos existentes. Outro dado relevante é que a maioria dos inquiridos afirma aproveitar sempre ou frequentemente a luz natural durante o dia, demonstrando sensibilidade para práticas simples de eficiência energética: nenhum dos participantes apresentou respostas como raramente ou nunca.

No que concerne ao impacto energético por espaços e percepção da eficiência institucional, os inquiridos identificam unanimemente as salas de aula como os espaços com maior consumo energético, devido ao uso intensivo de iluminação, climatização e equipamentos informáticos. Esta percepção é partilhada tanto por estudantes como por docentes, revelando uma boa compreensão dos principais focos de consumo. No que diz respeito às práticas institucionais de poupança energética, os resultados mostram que apenas 15,6% dos estudantes dizem conhecer essas práticas e, entre os docentes, a maioria reconhece que a instituição dispõe de algumas medidas, mas considera-as apenas parcialmente eficazes. Um contraste importante surge na preocupação com o consumo energético dentro da instituição: a maioria dos alunos preocupa-se

às vezes, enquanto mais de 90% dos docentes e colaboradores afirmam preocupar-se sempre ou frequentemente. Este desalinhamento pode sugerir que os estudantes podem necessitar de campanhas mais consistentes ou de formação específica.

Para reforço da implementação de estratégias robustas e da comunicação relativa às políticas adotadas, além da atualização de equipamentos ou modernização de sistemas energéticos, são sugeridas perspetivas complementares e que podem oferecer caminhos valiosos para a melhoria da sustentabilidade institucional: por parte dos estudantes, mudanças práticas e de baixo custo (desligar dispositivos, sensores de movimento, maior uso de luz natural); pelo corpo docente, intervenções estruturais como instalação de painéis solares, substituição integral por iluminação LED e implementação de temporizadores.

c. Consumo de água

Os dados recolhidos sobre o consumo de água revelam práticas positivas, mas também diversas áreas de melhoria. Das 64 respostas obtidas, a maioria dos participantes indica como duração habitual para tomar banho entre 5 e 10 minutos, ainda que uma parte significativa responde demorar mais de 10 minutos, revelando um potencial de poupança hídrica ainda pouco explorado. A reutilização de água apresenta valores baixos: muitos participantes não reutilizam ou fazem-no apenas ocasionalmente, em contraste com outras práticas mais responsáveis e representando uma eventual área de intervenção relevante.

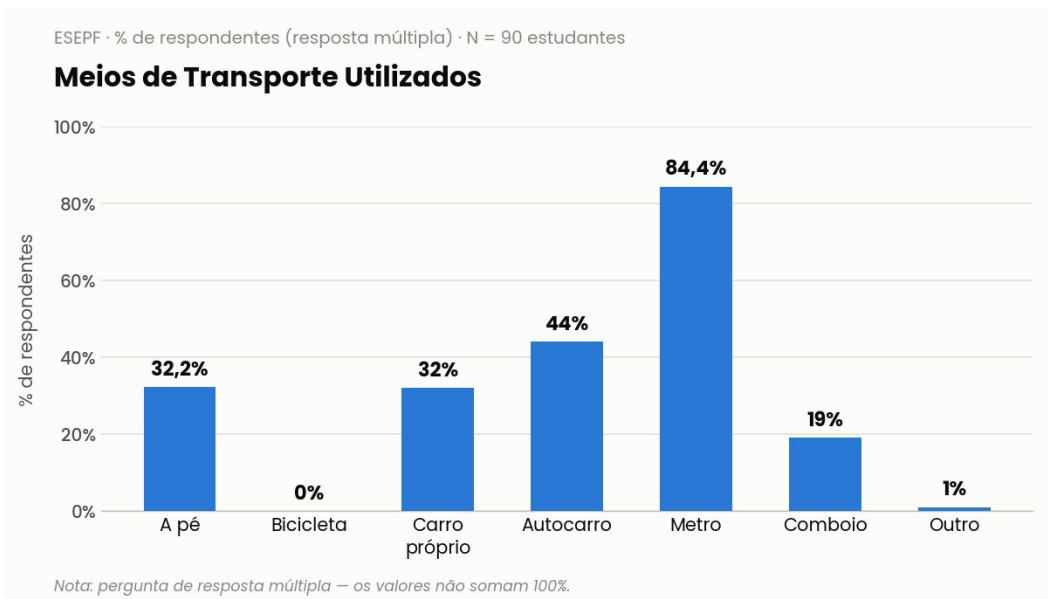
Quanto à existência de sistemas de poupança de água em casa, a maioria afirma não possuir tais sistemas e nunca ter pensado neles, embora um grupo menor já utilize opções como autoclismos duplos ou sistemas de rega eficiente.

Em contrapartida, observa-se um comportamento muito positivo na utilização de máquinas de lavar: a esmagadora maioria afirma encher completamente a máquina antes de utilizar, o que contribui significativamente para a redução do desperdício hídrico. Outra tendência favorável consiste no hábito de fechar a torneira ao lavar os dentes ou ensaboar as mãos, fortemente enraizado entre os participantes. Todavia, a verificação e reparação de fugas de água apresenta comportamentos mais diversificados: muitos afirmam que o resolvem rapidamente, mas vários admitem demorar a intervir, o que pode originar desperdício prolongado e silencioso.

d. Mobilidade/transportes

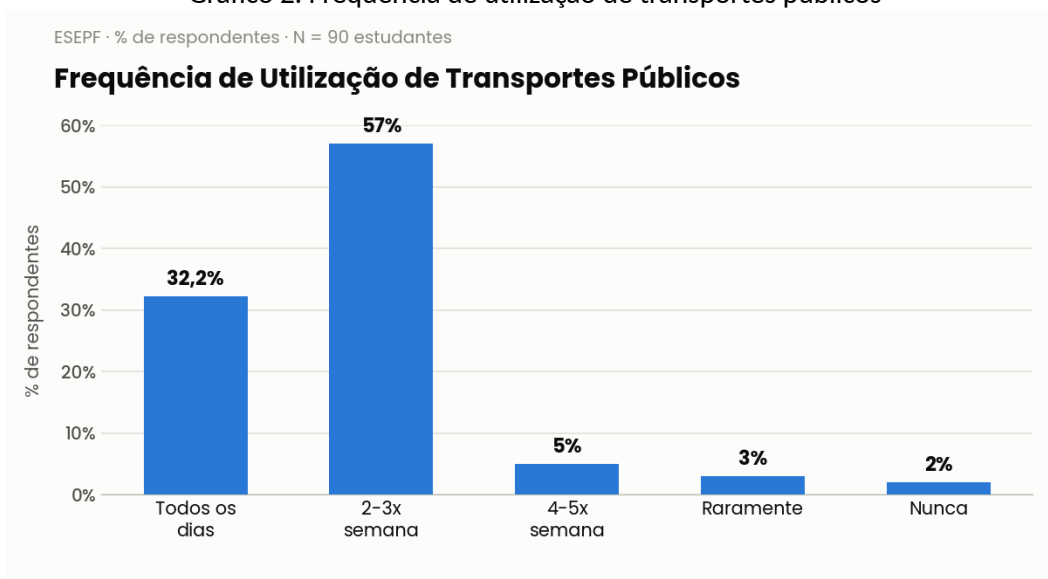
Os dados fornecidos por 90 estudantes apontam para uma utilização robusta de meios de transportes públicos (o metro destaca-se como meio dominante, apontado por 84,4% dos respondentes) e as deslocações a pé são assinaladas por 32,2% dos participantes.

Gráfico 1 – Distribuição das respostas por meios de transporte utilizados



Mais de metade dos participantes realiza viagens de duração moderada (entre 15 e 30 minutos) e praticamente 20% despense entre 30 e 60 minutos nas suas deslocações de e para a ESEPF, reforçando a dependência de transportes públicos urbanos: a maioria afirma utilizar transportes públicos 2 a 3 vezes por semana, embora 32,2% respondam fazê-lo todos os dias.

Gráfico 2. Frequência de utilização de transportes públicos



e. Algumas considerações finais

A análise dos resultados fornecidos pelos inquéritos demonstra que a comunidade ESEPF apresenta um conjunto de práticas sustentáveis relativamente sólido, sobretudo ao nível da reciclagem doméstica, prevenção do desperdício alimentar, reutilização de materiais, redução de descartáveis e comportamentos de eficiência energética. Contudo, evidencia também algumas fragilidades estruturais — nomeadamente falta de ecopontos adequados, pouca visibilidade das práticas institucionais de eficiência energética, baixa utilização individual de ferramentas tecnológicas de sustentabilidade e diferenças entre práticas nos contextos familiar e académico. Como pontos fortes claros, emergem uma elevada reciclagem domiciliária, uma forte cultura de

reutilização, baixo desperdício alimentar, sensibilidade energética (sobretudo entre docentes), bons hábitos de poupança de água (sobretudo em práticas de higiene) e migração crescente para transportes coletivos; paralelamente, a falta de condições institucionais para reciclagem, uma baixa adesão tecnológica a soluções sustentáveis, a perceção energética desigual entre alunos e docentes, a pouca adoção de meios de transporte ‘suaves’ e a limitada reutilização de água e existência de sistemas de poupança domésticos revelem-se desafios relevantes. As tendências identificadas e aqui plasmadas alinham-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e estes resultados constituem uma base sólida para reforçar políticas internas, ações de comunicação interna, melhorar infraestruturas, promover incentivos ecológicos e capacitar a comunidade para práticas ainda mais alinhadas com estes ODS.

(S) DIMENSÃO SOCIAL

1. Promoção da inclusão, diversidade, igualdade de género

A comunidade académica foi envolvida na conceção e implementação de uma política de igualdade e de inclusão tendo em vista a consolidação de um [Plano para a Igualdade de Género](#) (PIGIND) da ESEPF para os anos 2024-2027. Uma comissão constituída por representantes dos docentes, dos estudantes, colaboradores e órgãos de governo assegura a implementação, monitorização, avaliação e emissão de recomendações de melhoria relativas ao progresso de implementação do PIGIND. Esta Comissão trabalha em articulação com a/o gestor/a do Plano Estratégico e o Gabinete de Avaliação e Qualidade procedendo à análise de medidas implementadas vs. previstas, em secção sobre igualdade a criar e a incluir no relatório anual da ESEPF, de forma a retratar e a demonstrar a evolução institucional nesta matéria. Neste âmbito, têm-se vindo a desenvolver iniciativas que visam (i) promover ações de formação para a comunidade académica com o objetivo de identificar e prevenir a discriminação, o assédio e outras condutas impróprias; (ii) tem sido realizada formação da comunidade académica tendo em vista o uso informado da plataforma de denúncias relacionada com todas as formas de discriminação, assédio, violência e casos similares. O [Relatório PIGIND 2025](#) de monitorização dá conta das ações implementadas e traça um conjunto de recomendações para o ano seguinte.

2. Política de desenvolvimento profissional e de bem-estar

Aplicada ao pessoal docente e não docente na ESEPF, esta política assenta nos princípios da equidade e da relação de proximidade, próprios do seu ideário educativo. Assim, é assegurada aos docentes desta IES uma carreira paralela à dos docentes do ensino superior público e aos não docentes a estabilidade de pertencerem a uma rede robusta de instituições educativas pelo que, (i) sempre que possível e sem prejuízo para os estudantes, procede-se a uma organização de horários semanais mais compatíveis com a vida familiar dos colaboradores; (ii) existem incentivos monetários ao investimento na formação profissional e compensações extraordinárias institucionalmente definidas para atividades pontuais que sejam realizadas e não estejam previstas no horário; (ii) os colaboradores beneficiam de serviços associados a um cartão de saúde, com descontos em instituições da rede privada protocoladas com a seguradora da instituição.

No âmbito do eixo da 6. Sustentabilidade do Plano Estratégico da ESEPF para 2022-2026, merece realce a elaboração, por parte do Núcleo do Serviço de Cuidado Integral (SCI), de um Mapa de Riscos Psicossociais de docentes e colaboradores, diagnóstico que serviu de base à implementação em curso de um Plano de Bem-Estar para estes profissionais.

3. Bem-estar dos estudantes

No âmbito dos cuidados de bem-estar dos estudantes, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo *Gabinete de Apoio ao Estudante* (GAE) que se organiza em dois núcleos complementares: o Núcleo de Apoio Psicológico, Educativo e Social (NAPES) e o Núcleo de Apoio à Aprendizagem e Inclusão (NAAI). O seu objetivo central é promover o bem-estar, a inclusão e o sucesso académico dos estudantes, através de atividades individuais e coletivas, programas de mentorias, *workshops* e intervenções em grupo. Este trabalho contribui para a criação de um espaço estruturado de apoio e reforça o papel estratégico do GAE na missão institucional. No ano letivo 24/25, o NAPES realizou 184 consultas, acompanhando 44 estudantes, e efetuou 8

intervenções em situações de crise. Foram promovidos 7 *workshops*, assinalados 7 dias comemorativos e dinamizados 8 grupos de discussão com a comunidade académica. Em colaboração com docentes e outros serviços institucionais, realizaram-se ainda 14 sessões de intervenção com grupos-turma. Por sua vez, o NAAI recebeu 10 requerimentos de Estatuto de Estudante com Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão (EEMSAI), tendo atribuído 7 após análise técnica, e realizou 10 sessões de monitorização no final do ano letivo, promovendo a aplicação eficaz das medidas e práticas pedagógicas inclusivas.

No âmbito do Programa de Promoção de Saúde Mental no Ensino Superior (PPSMES), desenvolvido em articulação com o GAE e com o consórcio nacional, a equipa técnica foi reforçada com a contratação de uma psicóloga a tempo parcial, que trabalhou em colaboração com as profissionais do gabinete e com a representante dos estudantes. Ao longo do ano, esta profissional realizou 53 sessões de acompanhamento individual, enquadradas no programa. Foram dinamizados dois momentos de divulgação do PPSMES na comunidade académica, sete grupos de discussão que envolveram 139 participantes e um grupo de discussão profissional com sete estudantes. Adicionalmente, promoveram-se 7 dias temáticos, um momento de recolha de caracterização psicológica (recolhendo respostas de 290 estudantes), sete *workshops* em que participaram 103 estudantes e dois momentos de bolsa de atividades que mobilizaram 293 estudantes. A equipa integrou 11 reuniões do consórcio e participou em dois minigrupos de trabalho responsáveis pela seleção de instrumentos de investigação (duas reuniões) e pela organização do congresso “Estamos (Des)Ligados” (quatro reuniões). No âmbito da mentoria interpares, registaram-se nove inscrições, tendo sido constituído um par de mentoria.

4. Cooperação com a comunidade externa

A cooperação nacional com outras instituições e com a sociedade concretiza-se através de uma estratégia assumida e plasmada no Plano Estratégico 2022-2026 e à luz da experiência da pertença da ESEPF ao Consórcio «Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior» (ORSIES). A partir dos referenciais aí desenhados, a operacionalização da *estratégia institucional e políticas de cooperação com a sociedade* dá-se na identificação de riscos sociais (ao nível dos direitos, equidade, proteção social, pobreza, conflitos em contexto de trabalho e de sala de aula, apoio na doença, etc.), no incentivo à participação dos membros da comunidade académica em projetos de extensão à comunidade, na articulação de aprendizagens e intervenções sociais entre contextos letivos e extralectivos (e. g. Aprendizagem-Serviço), no privilegiar de metodologias de ensino teórico-prático e de trabalho de campo nas unidades curriculares dos ciclos de estudos da ESEPF, na monitorização de projetos em que a ESEPF se envolve e na difusão, entre os diferentes parceiros sociais, das medidas e dos resultados relativamente aos projetos de extensão e serviço à comunidade.

5. Sustentabilidade e Responsabilidade Institucional: resultados dos inquéritos pedagógicos aos estudantes matriculados

a. Enquadramento

Com o objetivo de auscultar as/os estudantes relativamente à sua opinião sobre a Sustentabilidade e a Responsabilidade Institucional, foram incluídas nos inquéritos pedagógicos do 2.º semestre do ano letivo 2025/2026 quatro afirmações, avaliadas numa escala de frequência (Sempre / Quase Sempre / Raramente / Nunca / Não sei):

- Q1 — A Escola valoriza a equidade, a diversidade e a inclusão.

- Q2 — A Escola promove práticas sustentáveis (ambientais, sociais e económicas) nas suas atividades e espaços.
- Q3 — A Escola incentiva a adoção de comportamentos responsáveis e sustentáveis por parte da comunidade académica.
- Q4 — A Escola desenvolve iniciativas de responsabilidade social com a comunidade envolvente.

b. Metodologia e amostra

Os dados resultam de 17 inquéritos pedagógicos distintos (correspondentes a diferentes cursos e/ou semestres do plano de estudos), com um total de 195 respostas às quatro questões. Note-se que este número corresponde a respostas a inquéritos por unidade curricular/curso e não necessariamente a estudantes únicos, pelo que um mesmo estudante pode estar representado em mais do que um inquérito. A dimensão da amostra varia consideravelmente entre grupos (de 1 a 41 respostas), pelo que os resultados de grupos mais pequenos, nomeadamente das pós-graduações, devem ser lidos com maior cautela.

c. Resultados globais

A tabela seguinte apresenta a distribuição percentual das respostas às quatro questões, agregando a totalidade das 195 respostas recolhidas.

Afirmação	Sempre	Quase Sempre	Raramente	Nunca	Não sei
Q1. A Escola valoriza a equidade, a diversidade e a inclusão	55%	34%	5%	1%	5%
Q2. A Escola promove práticas sustentáveis (ambientais, sociais e económicas) nas suas atividades e espaços	47%	35%	8%	1%	10%
Q3. A Escola incentiva a adoção de comportamentos responsáveis e sustentáveis por parte da comunidade académica	53%	30%	7%	1%	9%
Q4. A Escola desenvolve iniciativas de responsabilidade social com a comunidade envolvente	49%	31%	7%	1%	12%

Em todas as questões, a resposta "Sempre" é a mais frequente, e a soma de "Sempre" + "Quase Sempre" situa-se entre 80% e 90%, o que traduz uma avaliação globalmente muito positiva por parte das/os estudantes:

- Q1 (equidade, diversidade e inclusão) é a dimensão mais consensualmente reconhecida (89,7% Sempre/Quase Sempre; apenas 5,6% Raramente/Nunca).
- Q3 (incentivo a comportamentos responsáveis e sustentáveis) surge em segundo lugar (83,1%).

- Q2 (práticas sustentáveis ambientais, sociais e económicas) regista 81,5%, sendo a questão com maior percentagem de respostas "Raramente/Nunca" (8,7%).
- Q4 (iniciativas de responsabilidade social com a comunidade envolvente) é a dimensão com avaliação relativamente mais baixa (80,0%) e, sobretudo, com a maior percentagem de "Não sei" (12,3%), sugerindo menor visibilidade destas iniciativas junto das/os estudantes.

d. Conclusões

No conjunto, os resultados indicam uma perceção globalmente positiva das/os estudantes da ESEPF quanto ao desempenho institucional nas quatro dimensões de sustentabilidade e responsabilidade institucional avaliadas, com taxas de concordância ("Sempre"/"Quase Sempre") entre 80% e 90%. A equidade, diversidade e inclusão (Q1) é a dimensão mais bem-sucedida; as iniciativas de responsabilidade social com a comunidade envolvente (Q4) são as menos conhecidas pelos estudantes.

(G) DIMENSÃO DE GOVERNANÇA

1. Modelo de governação participada

Na ESEPF, a articulação e o diálogo entre os representantes dos órgãos de governo é permanente e célere, realizando-se num quadro de respeito pela autonomia estratégica (Conselho e Direção), científica (Conselho Técnico-científico) e pedagógica (Conselho Pedagógico) de cada um, conforme previsto no RJIES e nas competências estatutariamente fixadas. Cada órgão é dotado de recursos executivos próprios (regimento próprio, secretariado, arquivo, canais de divulgação) e funciona com periodicidade e agenda autónomas, embora articulados entre si e focados na missão institucional. A representação dos mais diversos atores da ESEPF está distribuída por estes três órgãos: o Conselho de Direção que é composto por um/a diretor/a e dois/duas subdiretores/ras. O Conselho Técnico-científico que é composto por professores/ras escolhidos entre representantes eleitos, nos termos regulamentares. A composição do Conselho Pedagógico reflete a pluralidade de atores da ESEPF: existe paridade na representação de docentes e discentes da ESEPF que se elegem de entre os pares. Em ambos os órgãos - CTC e CP - a agenda de trabalhos pode aconselhar a presença de elementos externos, sem direito a voto, para garantir a qualidade das decisões a tomar, designadamente, responsáveis de linhas de investigação, de serviços ou de gabinetes (e.g., Gabinete de Avaliação e Qualidade), assim como consultores externos. Existem ainda outras formas de participação dos estudantes, designadamente, através da sua representação pelos delegados de turma, que são auscultados em matérias do seu interesse.

2. Evolução da situação patrimonial e financeira e da sustentabilidade da instituição

Em termos financeiros, e pelo previsto no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, cabe à entidade instituidora da ESEPF, a Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia, o cumprimento das responsabilidades, designadamente as que preveem que esta deve “c) Dotar-se de garantias patrimoniais para cobertura de todos os recursos indispensáveis ao funcionamento e garantia das condições científicas e pedagógicas do estabelecimento de ensino superior; d) Afetar ao estabelecimento de ensino as instalações e o equipamento adequados, bem como os recursos humanos e financeiros necessários;” (Cf. alíneas c) e d), do número 2 do Art.º 3.º dos Estatutos da ESEPF, conforme Despacho n.º 12685/2021). Tal cumprimento realiza-se anualmente pelo Revisor Oficial de Contas através de um estudo de viabilidade económica que é partilhado no website da ESEPF.

3. Liderança Ética e Compliance

O pilar de governação de uma organização sai reforçado quando se foca na ética, na transparência e na conformidade legal na conduta organizacional (*compliance*). Neste contexto, a ESEPF está dotada de estruturas e instrumentos que materializam Políticas de Ética e Anticorrupção e no cumprimento normativo exigível, assim como nos Sistemas de Gestão de Riscos, Transparência e Integridade, designadamente:

- através de um [Código de Ética](#)
- através do Núcleo de Cuidado integral [[Serviço de Cuidado Integral](#)];
- através de normativos legais previstos [[Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho](#); [Programa de Cumprimento normativo – Prevenção da corrupção](#)],

- através de Canais de denúncia [[Canal de denúncias – Prevenção do Assédio](#) e [Canal de denúncias – Prevenção da Corrupção](#)].

4. Integridade Académica

A preservação da integridade na conduta de todos os membros da comunidade académica constitui um valor fundamental da credibilidade da ESEPF e de todo o ensino superior. A ESEPF adotou, desde cedo, regulamentos institucionais que defendem, promovem e apoiam estudantes, docentes e colaboradores a assumirem práticas de elevados padrões éticos de integridade académica. Assim, o Regulamento Disciplinar do Estudante estabelece as normas relativas ao comportamento e às responsabilidades do estudante, mormente os seus direitos e deveres promulgados nos Estatutos da ESEPF, visando garantir as condições de integridade moral, física e psicológica de estudantes, docentes e colaboradores no cumprimento da missão institucional (artigo 2º). Na sua última revisão, em 2019, o Conselho Pedagógico atualizou o Regulamento de Avaliação da ESEPF, tendo merecido especial atenção as práticas que configuram fraudes académicas (art.º 5.º). No âmbito da elaboração de trabalhos académicos, a ESEPF, através do seu Centro de Investigação (CIPAF), subscreve e aplica os princípios e boas práticas definidos no Código Europeu de Conduta para a Integridade na Investigação (edição de 2018). Mais recentemente, e no âmbito da revisão realizada entre 2020 e 2021 dos Estatutos da ESEPF, a sua entidade instituidora decidiu inscrever no Capítulo II, referente à «Identidade e princípios orientadores», a existência de um Código de Ética e de Conduta. Este instrumento, além de estabelecer os princípios que enformam o projeto científico, pedagógico e cultural da ESEPF a que todos os membros da comunidade académica estão vinculados, visa também traduzir tendências éticas contemporâneas. Este Código foi adotado depois de um período de auscultação e recolha de contributos da comunidade académica, e de apreciação favorável por parte do Conselho Pedagógico, do Conselho Técnico-científico e da Provedora do Estudante da ESEPF. Para tornar efetiva a integridade académica dos trabalhos académicos, a ESEPF adquiriu e deu formação aos docentes sobre a ferramenta anti plágio «Turnitin». Esta ferramenta foi implementada na plataforma Moodle, LMS onde todos os trabalhos académicos são colocados pelos estudantes, possibilitando a deteção precoce de qualquer tentativa de fraude académica e servindo, igualmente, de apoio tanto à revista científica indexada Saber & Educar como às publicações do corpo docente.

(ODS) OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O contributo da ESEPF para a Agenda 2030 estende as suas raízes ao Plano Estratégico implementado entre os anos 2018-2021 que, à época, apontava três eixos estratégicos – Inovação, Sustentabilidade e Cooperação. O Plano Estratégico em vigor (2022-2026) prolonga o tema da Sustentabilidade e materializa nos seus planos de ação anuais a implementação dos ODS na atividade de ensino e na cooperação, na investigação e na extensão à comunidade, como de seguida se explicita.

No ENSINO,

a) E na dimensão CURRICULAR, no período de vigência dos dois Planos Estratégicos, os docentes procederam intencionalmente à integração de temas da Agenda 2030 em mais de 25 unidades curriculares das licenciaturas e dos mestrados em funcionamento nesta IES, desenvolvendo conteúdos referentes, sobretudo, aos ODS 1. 2. 4. 5. 10. 11. 12. 13. 16. 17., tendo sido impactados, com esta opção, entre 2017 e 2022, cerca de 1700 estudantes, e entre 2023 e 2025, cerca de 1900 estudantes. Acresce a organização com outras três IES Internacionais (Bélgica, Países Baixos e Finlândia) de edições anuais de um *blended intensive program* (BIP) BIP intitulado: “Sustainable Development Goals and Different Contexts in Social Intervention” e a participação efetiva de 30 estudantes de várias nacionalidades (em 2026, realizou-se no mês de março).

b) Para concretização do ODS 4, merece especial referência o contributo da ESEPF através da sua COOPERAÇÃO internacional para a concretização das metas 4.1., 4.2. e 4.7., o objetivo estratégico “Contribuir para a Agenda 2030 através da criação e transferência de conhecimento socialmente útil e práticas inovadoras, no âmbito da Educação Global e Cooperação”, destaca-se a realização da 2.ª edição do Curso online de Educação em situações de Emergência e Respostas Humanitárias, que contou com 59 participantes de 5 países (Angola, Brasil, Portugal, Argentina e Moçambique). No âmbito do objetivo operacional “Co-construir inovação formativa, investigativa e profissional em espaços linguísticos de proximidade e com IES internacionais”, salienta-se: (i) a parceria entre a Universidade Pedagógica de Maputo e a ESEPF/OFEI que reforça o compromisso comum de promover uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida, incentivando a investigação e o diálogo internacional sobre metodologias pedagógicas e políticas educativas mais inclusivas e sustentáveis; (ii) a colaboração da ESEPF com a Faculdade de Educação e Desporto da Universidade de Cabo Verde na lecionação de unidades curriculares do Curso de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Sustentável daquela Universidade; (iii) como a conclusão, entre fevereiro e março de 2025, das defesas públicas dos estudantes do Mestrado em Intervenção Educativa e Social na Infância, realizado pela ESEPF em associação com a Universidade de Luanda (UniLuanda), assim como (iv) o projeto formativo a 3 anos de prestação de serviços de consultoria técnica e pedagógica à Effective Intervention com vista a assegurar a qualidade técnica, científica e contextual das ferramentas formativas e educativas desenvolvidas no projeto-piloto na região do Oio, na Guiné-Bissau, formandomais de uma centena de docentes nesta região.

Na INVESTIGAÇÃO, entre 2020 e 2025, pelo menos 60 artigos publicados por docentes desta IES evidenciam uma relação direta com vários ODS, aos quais se acrescentam trabalhos finais/relatórios de estágio/ dissertações com temáticas sobre ODS; devem ser também referidos projetos financiados Erasmus+ que a IES integrou e que visavam a erradicação da pobreza (ODS 1), o favorecimento da educação de qualidade (ODS 4) ou a redução de desigualdades (ODS 10)

(ELISSE: E-Learning for Intercultural Skills in Social Education; Developing Entrepreneurial Education: The 'Commission' Model of Education; PICESL - Promoting Inclusion to Combat Early School Leaving). A IES participou projetos nacionais financiados, designadamente no “Mapeamento da diversidade cultural e linguística do concelho da Póvoa de Varzim”, em colaboração com AE de Aver-o-Mar, e nos projetos “Urjalândia a Circular” e “Ecocanil a Circular”, dois projetos pioneiros que realçam as práticas de sustentabilidade de comunidades rurais do município de Amares, Braga, e em que desenvolveu um manual de boas práticas para alunos do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico e um caderno de atividades.

Na EXTENSÃO À COMUNIDADE e enquanto transferência de conhecimento, as iniciativas realizadas em 2024/2025 materializaram os objetivos estratégicos desenhados para o período 2022-2026. Para tal, a ESEPF e os seus Departamentos e estruturas, mas, especialmente, o seu Centro de Formação e Serviço à Comunidade (CFSC) promovem atividades de cooperação específica com a comunidade próxima e distante, com impacto ao nível local, regional e nacional.

No âmbito local, é de realçar:

- a colaboração de formação e assessoria que a ESEPF presta ao Agrupamento de Escolas do Campo, município de Valongo, nas áreas da Matemática, do Português, da Psicologia e da Gestão Curricular, tendo em vista fortalecer o sucesso escolar dos alunos daquele AE, num total de 800 horas de formação com a assessoria a terminar em dezembro de 2025;
- através de protocolo celebrado com Núcleo da Póvoa de Varzim da Cruz Vermelha Portuguesa, está em curso a assessoria técnica especializada à Casa do Regaço, que acolhe crianças institucionalizadas. Esta colaboração encontra-se registada na Segurança Social e a sua continuação está assegurada;
- a cooperação com o Centro Juvenil de São José de Guimarães, centrado na articulação entre ensino, investigação e serviço comunitário, co-implementando ações dirigidas à infância, juventude e famílias em contextos de risco psicossocial, contribuindo para a integração social, a educação e o desenvolvimento integral de crianças e jovens;
- a colaboração com a Associação Portuguesa de Crianças Sobredotadas, a ESEPF colabora há 20 anos na implementação do Programa Sábados Diferentes e dos PIC - Projeto Investir na Capacidade, em articulação com as Câmaras Municipais de Gaia e Leiria e Agrupamentos de Escolas de Nelas e Pedrouços/Maia.

No âmbito regional,

- a cooperação da ESEPF com entidades oficiais, iniciada em 2017, permanece ativa através da colaboração com IGEC (Inspeção Geral da Educação e Ciência) e com a ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional), disponibilizando a ESEPF um conjunto de docentes que, integrando equipas de peritos-avaliadores, realizam avaliações externas a Agrupamento de Escolas e/ou certificam Escolas Profissionais. No ano letivo de 2024/2025, os números foram os seguintes: 2 missões realizadas para a IGEC com envolvimento de 2 docentes diferentes; 5 missões realizadas para a ANQEP com envolvimento de 4 docentes diferentes.

No âmbito nacional, destaca-se:

- a continuidade dos seguintes projetos: (i) com o IPAV na capacitação de centenas de professores de todos os níveis de ensino em Escolas Ubuntu; (ii) a assessoria ao Bússola

21, projeto de inovação pedagógica em curso nos Centros Educativos das Irmãs Doroteias; (iii) a continuidade empenhada da ESEPF no Consórcio Maior Empregabilidade (CME), assim como no Observatório de Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES), colaborando em estudos publicados.

No âmbito das parcerias institucionais celebradas para o acolhimento de alunos em estágios profissionais na ESEPF, assinala-se:

- a colaboração com a Universidade Lusíada do Porto e com a Universidade da Maia, no âmbito dos mestrados em Psicologia. Estes protocolos permitem acolher 3 mestrandas que visam realizar estágios curriculares e de investigação, assegurando aos estudantes estagiários a articulação entre a formação académica e a prática profissional, o acompanhamento técnico-científico por psicólogos membros efetivos da Ordem dos Psicólogos Portugueses e a promoção de projetos conjuntos de intervenção, formação e investigação. As áreas de atuação abrangem a supervisão de estudantes em contexto real de trabalho, o desenvolvimento de competências profissionais em psicologia clínica, escolar e da educação, a participação em atividades científicas e formativas e a dinamização de parcerias institucionais orientadas para a melhoria da qualidade da educação e do bem-estar psicológico em contextos educativos;
- a cooperação com Escola Profissional: a ESEPF colabora com o Colégio de Gaia na formação de alunos do curso de Plano Próprio de Informática e Tecnologias Multimédia, facultando a realização da formação em contexto de trabalho a 2 estudantes por ano com a duração global de 400 horas.

A comunidade académica (estudantes, docentes e colaboradores) da ESEPF participa no desenvolvimento de um conjunto de projetos comunitários e sociais, nomeadamente nas áreas da educação, formação e emprego e inclusão social, com contributos de diversas configurações, designadamente através de iniciativas promovidas pelo Voluntariado institucional. Entre essas iniciativas, destacam-se: (i) a colaboração semanal com a Porta Solidária, Paróquia N.ª Sr.ª da Conceição, Porto, através da participação na angariação de bens alimentares e sua distribuição a pessoas vulneráveis; (ii) com a IPPSS Seiva, a ESEPF cede semanalmente espaços de aula para lecionar Português Língua Não Materna para certificar cidadãos migrantes cuja língua materna não é a portuguesa; (iii) a ESEPF acolhe a sede e colabora em iniciativas da Associação *Compassio* que trabalha nas áreas do cuidar, da doença, do envelhecimento, do isolamento social e da solidão, da morte e do luto.

Por fim, não se pode deixar de destacar a articulação efetiva entre lecionação e serviço à comunidade. Assim, a ESEPF tem implementada a Metodologia Aprendizagem-Serviço nos cursos que ministra: na unidade curricular de “Integração Curricular e Educação Inclusiva” dos cursos de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, e na unidade curricular de “Educação Inclusiva e Intervenção Socioeducativa” da Licenciatura em Educação Social, semestralmente, os/as estudantes são desafiados a desenvolver projetos de Metodologia Aprendizagem-Serviço, combinando, deste modo, a aprendizagem académica com o serviço à comunidade por forma a que estes se capacitem/formem, pessoal e profissionalmente, a partir do serviço às necessidades reais da comunidade. Nesta metodologia, são valorizadas a participação ativa dos/as estudantes e dos membros da comunidade e a reflexão sobre a experiência vivida. No ano letivo 2024/25, nas unidades curriculares foram desenvolvidos projetos com diferentes instituições locais e

regionais: Comunidade Inserção Nossa Senhora do Bom Conselho; Associação Ajudaris; Obra do Frei Gil; Associação A Casa do Caminho; De Mãos Dadas, Associação de Solidariedade Social; Obra de Santa Zita; Centro Social e Paroquial de Santa Cristina do Couto e Junta de Freguesia de Paranhos.

CONCLUSÕES

Síntese executiva (E + S + G + ODS)

Dez anos depois de aderir ao ORSIES e à luz do enquadramento GRI adotado neste relatório, o conjunto dos quatro eixos analisados — Ambiental, Social, Governança e ODS — revela uma instituição que já não parte do zero: a base de sustentabilidade está consolidada nalgumas frentes, documentada com um detalhe crescente noutras, e ainda em construção nas restantes.

Na dimensão Ambiental, o diagnóstico de energia e fluídos identifica a eletricidade como a prioridade de intervenção — o seu consumo físico cresceu 71,7% entre 2022 e 2025, um efeito que a leitura exclusiva de custos mascarava — e o inquérito à comunidade confirma práticas domésticas e institucionais sólidas de reciclagem, reutilização e redução do desperdício alimentar, com oportunidades claras em mobilidade suave (0% de utilização de bicicleta) e em produção própria de energia renovável, ainda por desenvolver ao nível institucional.

Na dimensão Social, a ESEPF dispõe de uma estrutura de apoio ao bem-estar estudantil (GAE, NAPES, NAAI, PPSMES) e de um Plano para a Igualdade de Género em monitorização ativa, que atestam um investimento consistente nas pessoas; a estratégia de cooperação com a comunidade externa, enquadrada institucionalmente desde a adesão da ESEPF ao ORSIES, ganhou, entretanto, expressão concreta e quantificada no capítulo dos ODS, o que caberá manter atualizado nas próximas edições deste relatório.

Na Governança, o modelo de decisão participada, os instrumentos de ética e *compliance* e o quadro de integridade académica (incluindo o uso do Turnitin e a adesão ao Código Europeu de Conduta para a Integridade na Investigação) estão bem documentados, mas continuam por publicar dados financeiros e patrimoniais que demonstrem, em números, a evolução anunciada no título dessa secção.

Por fim, o contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é substancial e transversal ao Ensino, à Investigação e, agora com um detalhe equivalente ao das restantes dimensões, à Extensão à Comunidade: mais de 25 unidades curriculares e cerca de 1900 estudantes impactados entre 2023 e 2025, um portefólio de cooperação internacional reforçado pelo novo *blended intensive program* com parceiros da Bélgica, dos Países Baixos e da Finlândia, e uma rede densa de parcerias de âmbito local, regional e nacional — da assessoria de 800 horas ao Agrupamento de Escolas do Campo às missões junto da IGEC e da ANQEP, passando pelo voluntariado semanal e pela Metodologia Aprendizagem-Serviço com oito instituições parceiras só no ano letivo de 2024/25. Esta riqueza de iniciativas contrasta, porém, com a perceção estudantil: nos inquéritos pedagógicos, é precisamente a afirmação sobre responsabilidade social com a comunidade envolvente (Q4) que reúne menor concordância (80,0%) e maior desconhecimento (12,3% de "Não sei"), sugerindo que o desafio deixou de ser produzir estas iniciativas e passou a ser torná-las visíveis junto da própria comunidade académica. Em todas as auscultações realizadas — quer no inquérito de perceção ambiental, quer nos inquéritos pedagógicos, com taxas de concordância globalmente entre 80% e 90% e a equidade, diversidade e inclusão (Q1, 89,7%) como a dimensão mais reconhecida —, a perceção é consistentemente positiva, o que confere à Escola uma base sólida de confiança da comunidade para avançar, na próxima edição deste relatório, de um exercício de diagnóstico para um exercício de metas e monitorização.

Recomendações

Como próximo passo, e num relatório que já regista progressos concretos face à versão anterior — de que a Extensão à Comunidade, agora densamente documentada, é o melhor exemplo —, a ESEPF deverá priorizar: (i) metas de eficiência energética para a eletricidade, o recurso cujo consumo mais cresceu no período analisado; (ii) o mapeamento da energia renovável já utilizada ou a instalar na Escola e uma primeira estimativa da pegada de carbono institucional em números que sustentem, de forma verificável, a evolução anunciada na secção de Governança; (iii) comunicar de forma mais visível à comunidade académica — sobretudo às/aos estudantes — o volume e o impacto das parcerias e iniciativas de extensão à comunidade, de modo a inverter o défice de reconhecimento identificado na questão Q4 dos inquéritos pedagógicos; e (iv) estender a auscultação participada da comunidade académica — hoje concentrada na sustentabilidade ambiental — às dimensões Social e de Governança, de forma a completar o retrato de perceção da comunidade sobre a ESEPF.

ANEXO — Índice de Conteúdo GRI (mapeamento indicativo)

A tabela seguinte mapeia, secção a secção, o conteúdo deste relatório face às normas e indicadores da *Global Reporting Initiative* (GRI) mais próximos. Trata-se de um mapeamento indicativo e preliminar, preparado para orientar leitores familiarizados com a estrutura GRI — não constitui uma declaração formal "em conformidade" (*in accordance*) com as Normas GRI, que exigiria, adicionalmente, uma avaliação de materialidade (GRI 3), a definição explícita dos limites de cada tópico e, adicionalmente, verificação externa.

Secção do Relatório	Conteúdo coberto	Referência GRI indicativa
Nota introdutória	Perfil organizacional; declaração de aplicação da abordagem ESG+ODS	GRI 2: Divulgações Gerais 2021 (2-1 a 2-5)
(E) 1. Energia e Flúidos — custo e consumo	Consumo de energia e de água, evolução 2022-2025	GRI 302: Energia 2016 (302-1); GRI 303: Água e Efluentes 2018 (303-5)
(E) 2. Perceção interna — resíduos e materiais	Separação de resíduos, reutilização, redução de descartáveis, desperdício alimentar	GRI 306: Resíduos 2020 (306-1, 306-2)
(E) 2. Perceção interna — energia e água (comportamentos)	Perceção e comportamentos individuais de poupança energética e hídrica	GRI 302 / GRI 303 (indicadores de contexto, sem correspondência direta a um indicador específico)
(E) 2. Perceção interna — mobilidade	Meios de transporte e frequência de utilização de transportes públicos	Sem norma GRI direta — indicador de contexto institucional (ODS 11)
(S) 1. Inclusão, diversidade e igualdade de género	Plano para a Igualdade de Género (PIGIND), comissão de acompanhamento	GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016 (405-1); GRI 406: Não Discriminação 2016
(S) 2. Desenvolvimento profissional e bem-estar (docentes/colaboradores)	Política de conciliação, formação, Mapa de Riscos Psicossociais, Plano de Bem-Estar	GRI 401: Emprego 2016; GRI 403: Saúde e Segurança no Trabalho 2018
(S) 3. Bem-estar dos estudantes	GAE, NAPES, NAAI, PPSMES — atividade e indicadores quantitativos	Sem norma GRI direta — indicador setorial de ensino superior
(S) 4. Cooperação com a comunidade externa	Estratégia de cooperação e responsabilidade social (ORSIES)	GRI 413: Comunidades Locais 2016
(S) 5. Inquéritos pedagógicos — sustentabilidade e responsabilidade institucional	Perceção dos estudantes sobre equidade, práticas sustentáveis e responsabilidade social	GRI 2-29: Abordagem de envolvimento das partes interessadas
(G) 1. Modelo de governação participada	Composição e funcionamento dos órgãos de governo	GRI 2: Divulgações Gerais 2021 (2-9 a 2-13)
(G) 2. Situação patrimonial e financeira	Obrigações legais de garantia patrimonial; estudo de viabilidade económica	GRI 201: Desempenho Económico 2016 (201-1 — não reportado quantitativamente neste documento)
(G) 3. Liderança ética e compliance	Código de Ética, canais de denúncia, prevenção da corrupção e do assédio	GRI 205: Combate à Corrupção 2016; GRI 2-23 / 2-24 (compromissos de política)
(G) 4. Integridade académica	Regulamento Disciplinar, Regulamento de Avaliação, Código de Ética, ferramenta antiplágio	Sem norma GRI direta — indicador setorial de ensino superior

Secção do Relatório	Conteúdo coberto	Referência GRI indicativa
(ODS) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Integração curricular, investigação, cooperação internacional alinhadas com a Agenda 2030	GRI 2-22: Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável; referencial SDG Compass
Conclusões — Plano de Sustentabilidade 2030	Síntese executiva e recomendações; próximos passos institucionais	GRI 2-22